Informalidade e persistência da pobreza no Maranhão: evidências da PNAD Contínua/SIDRA entre 2022 e 2025.

Informality and the Persistence of Poverty in Maranhão: Evidence from the Continuous PNAD/SIDRA from 2022 to 2025

De: Beatriz Penélop Mariano Galdino

Resumo

Este artigo analisa a relação entre informalidade e pobreza no Maranhão (2022–2025), com dados da PNAD Contínua/IBGE. A pesquisa quantitativo-descritiva utiliza indicadores como taxa de informalidade, rendimento médio, posição na ocupação, contribuição previdenciária e desalento. Os resultados apontam informalidade superior a 55%, bem acima da média nacional, com forte presença de trabalhadores por conta própria, baixos rendimentos e baixa proteção social. Apesar da queda no desalento, a vulnerabilidade ocupacional persiste. Conclui-se que a informalidade possui caráter ambíguo: assegura sobrevivência imediata, mas perpetua a vulnerabilidade e a pobreza no estado.

Palavras-chave: informalidade; pobreza; mercado de trabalho; Maranhão; vulnerabilidade social.

Abstract

This article analyzes the relationship between informality and poverty in Maranhão (2022–2025), using Continuous PNAD/IBGE data. This quantitative-descriptive study examines indicators such as informality rate, average income, occupational position, social security contribution, and discouragement. Results show informality above 55%, significantly higher than the national average, characterized by a high proportion of self-employed workers, low earnings, and limited social protection. Despite falling discouragement, occupational vulnerability remains linked to low income and instability. The study concludes that informality has an ambiguous role: it provides immediate income, but reproduces social vulnerability and poverty.

Keywords: informality; poverty; labor market; Maranhão; social vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

Conforme os dados publicados na Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIS/IBGE), o Brasil apresentou transformações significativas em seus indicadores de pobreza. Entre 2023 e 2024, registrou uma redução no número de pessoas abaixo da linha de pobreza, com a saída de 8,6 milhões de pessoas, fazendo com que a proporção caísse de 27,3% para 23,1%, nessa condição. Todavia, essa melhora não ocorreu de forma homogênea no território nacional, uma vez que as desigualdades regionais persistem e continuam restringindo a capacidade produtiva, a rentabilidade e a proteção social.

Nessa conjuntura, o Maranhão apresenta-se como um caso relevante, pois combina elevados níveis de pobreza, baixa remuneração e uma estrutura ocupacional marcada pela informalidade e pela reduzida proteção previdenciária. Nesse caso, a informalidade funciona como mecanismo de sobrevivência ao garantir alguma forma imediata de obtenção de renda para trabalhadores excluídos do emprego formal. Contudo, também pode manter parte da população em ocupações precarizadas e instáveis.

Este artigo tem como principal objetivo analisar a relação entre informalidade e a persistência da pobreza no Maranhão, considerando dados da PNAD Contínua extraídos do SIDRA/IBGE no período de 2022 a 2025. A principal tese é que a informalidade, embora funcione como estratégia de subsistência econômica, possui natureza contraditória, pois também contribui para reprodução da vulnerabilidade social, limitando o acesso dos trabalhadores à estabilidade de renda e às garantias institucionais do trabalho formal.

Os dados da PNAD Contínua indicam que a informalidade permanece como um problema estrutural do mercado de trabalho maranhense. Entre 2022 e 2025, a taxa de informalidade no Maranhão manteve-se acima de 55% em todos os trimestres analisados, evidenciando um hiato notável em relação ao cenário nacional. Ademais, a elevada participação de trabalhadores por conta própria e a proporção significativa de ocupados sem contribuição previdenciária revelam a fragilidade da inserção produtiva no estado.

A pesquisa possui caráter quantitativo-descritivo e bibliográfico, utilizando dados secundários da PNAD Contínua, extraídos do sistema SIDRA/IBGE, além de referenciais teóricos sobre pobreza, informalidade, precarização do trabalho e proteção social. O período da análise concentra-se entre 2022 e 2025, buscando interpretar a evolução dos indicadores selecionados considerando as condições estruturais da dinâmica ocupacional do estado. Dessa forma, o artigo está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais:

a primeira apresenta o referencial teórico; a segunda descreve os procedimentos metodológicos; a terceira analisa os indicadores empíricos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pobreza, vulnerabilidade social e privação de capacidades

A pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional, frequentemente associado à ideia de falta. O termo pode ser aplicado a diferentes elementos da vida social e não se restringe apenas à ausência de recursos materiais necessários à manutenção da vida, embora seja compreendida a partir de sua dimensão econômica. Garcia (2005) destaca que alguns autores interpretam a pobreza como falta de cidadania, indicando que ela não se limita apenas à insuficiência de renda, mas envolve também restrição de direitos e de participação social.

Dessa forma, para os objetivos deste artigo, a pobreza será analisada principalmente a partir de suas dimensões econômica e social, considerando sua relação com a renda, o trabalho, fragilidade ocupacional e proteção social. Para Rocha (2006), a pobreza pode ser compreendida a partir da incapacidade de satisfazer necessidades básicas, sendo a renda constantemente utilizada como uma aproximação do nível de bem–estar dos indivíduos. Essa ideia permite analisar a pobreza não apenas como ausência absoluta de recursos, mas como uma condição de vulnerabilidade social.

Essa perspectiva dialoga com a abordagem de Sen (2001), para quem ser pobre significa ter restrições nas escolhas, na participação e na realização social pois a pobreza não deve ser compreendida apenas como baixa renda, mas como uma privação de capacidades básicas. A pobreza ultrapassa a dimensão monetária, pois a renda, apesar de influenciar diretamente no acesso a bens e serviços, não explica sozinha todas as privações vivenciadas pelos indivíduos.

No caso do mercado de trabalho, a inserção em ocupações informais, instáveis e precárias limita a capacidade dos indivíduos de romper com a precarização mesmo quando há alguma forma de geração de renda. Essa ideia é particularmente relevante para o Maranhão, onde a permanência em ocupações informais limita não apenas o nível de renda, mas também o acesso à proteção social e às oportunidades de mobilidade econômica.

Assim, a literatura permite compreender a informalidade não somente como ausência de formalização mas como uma inserção produtiva vulnerável. A partir de Rocha (2006), Sen (2001), Krein e Proni (2010) e Neri e Fontes (2010), este artigo interpreta a informalidade como fenômeno associado à renda insuficiente, à restrição de capacidades, à precarização do trabalho e à baixa proteção social.

2.2 Informalidade, precarização e proteção social

No âmbito do mercado de trabalho, a informalidade está associada às diferentes formas de ocupação exercidas sem acesso às garantias legais, trabalhistas e previdenciárias asseguradas ao emprego formal. Embora represente uma alternativa imediata de obtenção de renda, principalmente quando há uma baixa oferta de vagas formais, ela evidencia cenários de instabilidade, limitada proteção social e maior vulnerabilidade dos trabalhadores.

Segundo Krein e Proni (2010, p.7), a informalidade no Brasil envolve trabalhadores cuja condição "tende a ser mais precária em razão de estarem em atividades em desacordo com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas de seguridade social", estando, portanto, relacionada à precarização dos postos de trabalho e à baixa qualidade de vida da população. Os autores apontam que mesmo com a recuperação do emprego com vínculo formal ainda permanece uma heterogeneidade no mercado laboral brasileiro.

Além disso, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2002 apud KREIN; PRONI, 2010), a informalidade não se restringe a um setor específico, mas que se caracteriza como um fenômeno amplo e heterogêneo, presente em diversas atividades econômicas. Eventos como contratação ilegal sem registros em carteira de trabalho, comércio ambulante, contratos atípicos, autônomos sem inscrição na previdência social podem ser compreendidas como economia informal. Sendo assim, existe uma diversidade nessas situações, mas com um elemento comum: a precariedade das condições de trabalho.

Nesse sentido, o trabalho informal deve ser visto como uma condição de exposição a riscos econômicos e sociais. Neri e Fontes (2010) destacam que a informalidade configura-se como um "colchão" diante de choques no mercado de trabalho, pois ela absorve trabalhadores que não podem ficar sem renda enquanto buscam melhores oportunidades. Entretanto, essa função de absorção é precarizada, uma vez que muitas dessas ocupações permanecem sendo de baixa remuneração, sem estabilidade e sem acesso à proteção previdenciária, fomentando sua relação com a pobreza e a instabilidade econômica.

A informalidade deve ser compreendida de forma ambígua, pois, ao mesmo tempo em que representa um mecanismo de sobrevivência para trabalhadores excluídos do emprego formal, também pode contribuir para a reprodução da pobreza ao manter parte da população em ocupações instáveis, de baixa remuneração e reduzida proteção previdenciária. Essa relação é fundamental para compreender o caso maranhense, no qual o emprego informal se combina com os baixos rendimentos e fragilidade socioeconômica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui caráter quantitativo-descritivo e bibliográfico, utilizando dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). A seleção dessas tabelas buscou reunir indicadores capazes de demonstrar não apenas a presença da informalidade, mas também suas relações com a renda, a proteção social e a fragilidade da inserção produtiva no Maranhão. O principal recorte espacial da análise é o estado do Maranhão com comparações pontuais em relação ao Brasil, e o recorte temporal é o período de 2022 a 2025. A escolha desse período tem como objetivo observar a evolução recente dos indicadores relacionados à informalidade e inserção produtiva vulnerável do mercado de trabalho.

A base empírica foi composta por dados extraídos das tabelas da PNAD Contínua disponíveis no SIDRA/IBGE. Foram utilizadas, especialmente, a Tabela 4093, referente à taxa de informalidade das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência no Maranhão; a Tabela 8513, referente à taxa de informalidade no Brasil; a Tabela 4096, relativa à distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação no trabalho principal; a Tabela 5439, referente ao rendimento médio mensal real das pessoas ocupadas por posição na ocupação; a Tabela 5947, relativa à contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho; e a Tabela 6813, referente ao percentual de pessoas desalentadas.

Desse modo, foram selecionados indicadores como taxa de informalidade, posição na ocupação, rendimento médio mensal real, contribuição para instituto de previdência e percentual de pessoas desalentadas. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva, por meio da comparação temporal dos indicadores e da interpretação de suas variações ao longo do período analisado. Os dados trimestrais foram sistematizados por meio de médias anuais, permitindo observar tendências recentes do mercado de trabalho maranhense e comparar sua dinâmica em relação ao cenário nacional.

Além disso, os resultados são discutidos à luz do referencial teórico sobre pobreza, informalidade, precarização do trabalho e proteção social, com o objetivo de compreender como a informalidade se relaciona com a persistência da pobreza no Maranhão. Nesse sentido, a análise dos indicadores não se limita à descrição dos dados, mas busca interpretar o significado social e econômico da permanência de formas vulneráveis de inserção produtiva.

Por essa razão, os indicadores selecionados são interpretados de forma articulada: a taxa de informalidade permite observar o peso das ocupações sem plena proteção institucional; o rendimento médio mensal real possibilita comparar a capacidade de geração de renda entre diferentes categorias ocupacionais; a contribuição para instituto de previdência indica o grau de

proteção social dos trabalhadores; e o percentual de pessoas desalentadas permite observar formas de exclusão ou fragilidade na relação com o mercado de trabalho.

Dessa forma, esses indicadores são analisados em conjunto, pois a persistência da pobreza não decorre apenas da ausência de trabalho, mas também da qualidade da ocupação disponível, buscando demonstrar que a informalidade, embora funcione como alternativa imediata de geração de renda, pode contribuir para a reprodução da pobreza ao limitar a estabilidade econômica.

4 ANÁLISE DOS INDICADORES EMPÍRICOS

A primeira análise empírica refere-se à comparação da taxa de informalidade entre Brasil e Maranhão. Esse indicador permite observar se o comportamento do mercado de trabalho maranhense acompanha a tendência nacional ou apresenta uma atuação singular. A tabela 1 demonstra a evolução trimestral da taxa de informalidade das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência, considerando o período de 2022 a 2025. Esse resultado é importante porque a taxa de informalidade não deve ser interpretada apenas como um dado isolado do mercado de trabalho, mas como um indicativo das condições sociais de reprodução da pobreza.

Tabela 1 – Taxa de informalidade no Maranhão e no Brasil, por trimestre, 2022 — 2025

Trimestre	Maranhão (%)	Brasil (%)	MA - BR (p.p)
2º trimestre 2022	59,4	40,0	19,4
3º trimestre 2022	59,0	39,5	19,5
4º trimestre 2022	57,3	38,9	18,4
1º trimestre 2023	56,4	39,0	17,4
2º trimestre 2023	56,9	39,2	17,7
3º trimestre 2023	57,1	39,1	18,0
4º trimestre 2023	57,7	39,2	18,5
1º trimestre 2024	57,4	38,9	18,5
2º trimestre 2024	55,4	38,7	16,7
3º trimestre 2024	55,4	38,8	16,6
4º trimestre 2024	56,6	38,6	18,0
1º trimestre 2025	58,3	38,0	20,3
2º trimestre 2025	56,2	37,8	18,4
3º trimestre 2025	57,0	37,8	19,2
4º trimestre 2025	57,3	37,6	19,7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua/SIDRA/IBGE.

Os dados da Tabela 1 indicam que a informalidade no Maranhão se manteve superior à média brasileira durante todo o intervalo de tempo analisado. Enquanto a taxa nacional passou de 40,0% no 2º trimestre de 2022 para 37,6% no 4º trimestre de 2025, a taxa maranhense passou

de 59,4% para 57,3% no mesmo recorte temporal. Ainda que ambos os recortes apresentem leve redução, o Maranhão manteve taxas superiores a 55% em todos os trimestres observados, reforçando a existência de uma desigualdade regional e a persistência da informalidade como característica estrutural do mercado de trabalho estadual.

A diferença entre o Maranhão e o Brasil se manteve elevada ao longo da série temporal. A taxa maranhense ficou mais de 16 pontos percentuais acima da taxa nacional em todos os trimestres analisados chegando a uma diferença de 20,3 pontos percentuais no 1º trimestre de 2025. O resultado evidencia que mesmo em um cenário de declínio gradual da informalidade no país o Maranhão continua marcado por uma inserção ocupacional mais vulnerável e menos protegida.

Esse resultado pode estar associado às características estruturais da economia maranhense, marcada por baixa diversificação produtiva, elevada participação de ocupações de baixa produtividade e limitada capacidade de absorção do emprego formal. Ao manter percentuais superiores a 55% durante todo o período analisado, o Maranhão revela que grande parte da população ocupada está inserida em formas de trabalho com menor estabilidade, menor proteção institucional e maior exposição a oscilações de renda.

Nesse sentido, a permanência da informalidade em patamar elevado reforça a compreensão de Rocha (2006), segundo a qual a pobreza pode ser analisada pela incapacidade de satisfazer necessidades básicas, tendo a renda como aproximação das condições de bem-estar. Em contextos de baixa renda, a falta de proteção em situações de doença, envelhecimento, acidente ou perda da capacidade laboral aumenta a vulnerabilidade das famílias e reduz sua capacidade de planejamento de longo prazo.

Dessa forma, ao identificar essa informalidade persistente no estado do Maranhão é necessário analisar a composição da ocupação nessa região, especialmente a participação dos trabalhadores por conta própria pois a categoria é frequentemente relacionada a formas de inserção mais instáveis e menos protegidas no mercado de trabalho.

Tabela 2 – Distribuição média anual dos ocupados por posição na ocupação no Maranhão, 2022 — 2025

Ano	Empregado (%)	Empregador (%)	Conta própria (%)	Trabalhador familiar auxiliar (%)
2022	63,3	3,2	31,1	2,4
2023	63,5	2,8	31,4	2,4
2024	63,2	3	31,6	2,3
2025	62,4	2,7	32,9	2,1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua/SIDRA/IBGE.

De início, a tabela 2 expressa que os trabalhadores por conta própria possuem uma participação elevada e crescente na estrutura ocupacional maranhense, passando de 31,1% em 2022 para 32,9% em 2025. No mesmo período, a participação dos empregados apresentou leve redução, de 63,3% para 62,4%. Embora o emprego assalariado seja predominante, é possível observar o crescimento do trabalho por conta própria, categoria associada a formas de inserção mais instáveis e menos protegidas no mercado de trabalho.

Essa leitura dialoga com Krein e Proni (2010), para quem a informalidade está relacionada a atividades exercidas fora do alcance pleno das instituições públicas de regulação, seguridade e proteção trabalhista. Assim, no contexto maranhense, a ampliação do trabalho por conta própria não deve ser interpretada apenas como alteração na composição ocupacional, mas como possível expressão de um mercado de trabalho com limitada capacidade de absorção formal e com maior dependência de estratégias individuais de geração de renda.

Essa movimentação, isoladamente, não comprova que houve aumento da informalidade, pois a posição na ocupação não mensura diretamente o grau de formalização dos trabalhadores. Contudo, o crescimento do trabalho por conta própria sugere indícios de ampliação de formas ocupacionais associadas à informalidade, instabilidade e menor proteção social. A participação elevada dos trabalhadores por conta própria também contribui para compreender a informalidade como uma forma de sobrevivência econômica.

Dessa maneira, ao observar a participação elevada dos trabalhadores por conta própria na estrutura ocupacional maranhense é fundamental analisar a dimensão do rendimento. Essa comparação permite verificar se o trabalho por conta própria apresenta, em média, menor capacidade de geração de renda em relação ao emprego assalariado. A tabela 3 apresenta a média anual do rendimento médio mensal real de empregados e trabalhadores por conta própria no Maranhão entre 2022 e 2025.

Tabela 3 – Rendimento médio mensal real de empregados e trabalhadores por conta própria no Maranhão, 2022 — 2025

Ano	Empregado (R$)	Conta própria (R$)	Diferença (R$)	Conta própria / Empregado (%)
2022	1.909,50	1.333,25	576,25	69,8
2023	2.070,00	1.380,25	689,75	66,7
2024	2.193,00	1.461,50	731,50	66,6
2025	2.263,25	1.466,75	796,50	64,8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua/SIDRA/IBGE.

Os dados da tabela 3 demonstram que os trabalhadores por conta própria, que possuem peso relevante na Tabela 2, apresentam menor remuneração média. Em todos os anos

analisados, o rendimento médio dos trabalhadores por conta própria ficou abaixo do rendimento dos empregados. Em 2022 o rendimento médio dos trabalhadores por conta própria correspondia a 69,8% do ganho dos empregados, proporção que caiu para 64,8% em 2025. Essa diferença indica que a ocupação, por si só, não garante a superação da pobreza.

Além disso, observa-se que a distância relativa entre as duas categorias aumentou ao longo do período, pois os trabalhadores por conta própria passaram a representar uma proporção menor do rendimento dos empregados em 2025 do que representavam em 2022. Esse movimento sugere que a melhora dos rendimentos não ocorreu de forma homogênea entre as diferentes formas de inserção ocupacional.

Para Rocha (2006), a renda pode ser compreendida como uma aproximação das condições de bem-estar e da capacidade de satisfazer necessidades básicas; nesse sentido, a menor remuneração do trabalho por conta própria sugere maior exposição à vulnerabilidade social. Pois quando a inserção produtiva ocorre em atividades de menor rendimento e menor estabilidade, o trabalho tende a assegurar apenas a sobrevivência imediata, sem criar condições consistentes de mobilidade social.

Esse resultado reforça a desigualdade interna no mercado de trabalho maranhense, uma vez que a diferença absoluta entre as duas categorias aumentou de R$ 576,25 para R$ 796,50 no mesmo intervalo. Assim, os dados sugerem que a ocupação por conta própria pode funcionar como estratégia de sobrevivência econômica, mas tende a oferecer menor capacidade de estabilidade e acumulação quando comparada ao emprego assalariado.

Nessa perspectiva, a pobreza não aparece apenas como ausência de trabalho, mas como permanência em ocupações de baixa remuneração, baixa previsibilidade e menor possibilidade de acumulação. Essa interpretação se aproxima da abordagem de Sen (2001), ao compreender a pobreza como privação de capacidades, isto é, como limitação das possibilidades reais de escolha e de melhoria das condições de vida. A diferença de rendimento entre empregados e trabalhadores por conta própria é um dos elementos centrais para relacionar informalidade e persistência da pobreza.

A análise do rendimento evidencia que o trabalho por conta própria apresenta, em média, menor capacidade de geração de renda em comparação ao emprego assalariado. Porém, a fragilidade associada à informalidade não se limita à renda, pois também envolve o acesso à proteção previdenciária. Uma vez que a ausência de contribuição para instituto de previdência indica maior exposição dos trabalhadores a riscos sociais, como doenças, velhice, perdas da capacidade de trabalho ou acidentes. Por isso, a Tabela 4 apresenta a distribuição média anual

dos ocupados no Maranhão segundo a contribuição para o instituto de previdência entre 2022 e 2025.

Tabela 4 – Distribuição média anual dos ocupados por contribuição para instituto de previdência no Maranhão, 2022 — 2025

Ano	Contribuintes (%)	Não contribuintes (%)
2022	40,0	60,0
2023	41,1	58,9
2024	40,8	59,2
2025	40,0	60,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua/SIDRA/IBGE.

Nota: Para 2022, a média considera os dados disponíveis do 2º, 3º e 4º trimestres.

Os dados da tabela 4 indicam que a proporção de ocupados sem contribuição previdenciária permaneceu elevada no Maranhão durante todo o período analisado. Em 2022, os não contribuintes representaram cerca de 60% dos ocupados, percentual que permaneceu elevado em 2025. Nos anos intermediários, a proporção se manteve próxima de 59%, revelando que a baixa proteção previdenciária constitui uma característica persistente da estrutura ocupacional maranhense. Esse resultado demonstra que a vulnerabilidade ocupacional no Maranhão está também relacionada ao grau de proteção da inserção no mercado de trabalho.

A tabela 4 reforça a tese de que a informalidade possui função contraditória pois pode garantir uma renda imediata, mas limita a segurança social dos trabalhadores. A falta de contribuição previdenciária amplia a exposição dos trabalhadores a situações de insegurança social, pois reduz o acesso a mecanismos de proteção em casos de doença, envelhecimento, acidentes ou perda da capacidade laboral. Assim, a informalidade não expressa somente a insegurança econômica existente, mas também contribui para sua reprodução ao manter parte da população ocupada em condições de baixa proteção institucional.

Assim, a informalidade não afeta apenas a renda presente, mas também a segurança futura dos trabalhadores. Neri e Fontes (2010) ajudam a compreender esse processo ao apontarem que a informalidade atua como um “colchão” diante de choques no mercado de trabalho, mas esse colchão é precário, pois absorve trabalhadores sem lhes garantir estabilidade, direitos e proteção social. Dessa maneira, a ausência de contribuição previdenciária aprofunda a relação entre informalidade e pobreza porque desloca para o próprio trabalhador a responsabilidade pelos riscos sociais.

A estabilidade desse indicador ao longo da série é relevante porque demonstra que a baixa proteção previdenciária não aparece como uma variação conjuntural, mas como uma característica persistente da estrutura ocupacional maranhense. Mesmo com pequenas

oscilações nos anos intermediários, a proporção de não contribuintes retorna a 60,0% em 2025, evidenciando a dificuldade de ampliar a proteção social entre os ocupados.

Desse modo, o indicador de desalento colabora para compreender a insegurança do mercado de trabalho maranhense para além da ocupação formal e informal. Na metodologia da PNAD Contínua, o desalento refere-se às pessoas fora da força de trabalho que estavam disponíveis para trabalhar. Nesse caso, não são classificadas como desocupadas pois não realizaram busca efetiva por trabalho no período de referência, por acreditarem que não conseguiriam encontrar ocupação. Esse indicador permite observar uma fragilidade da inserção produtiva no estado.

Tabela 5 – Percentual médio anual de pessoas desalentadas no Maranhão, 2022 — 2025

Ano	Pessoas desalentadas (%)
2022	14,4
2023	12,8
2024	10,6
2025	9,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua/SIDRA/IBGE.

Os dados da tabela 5 indicam redução do percentual médio anual de pessoas desalentadas no Maranhão ao longo do período analisado. O indicador passou de 14,4% em 2022 para 9,6% em 2025, sugerindo uma melhora relativa no mercado de trabalho estadual. Essa queda indica diminuição da parcela da população que, embora disponível para trabalhar, deixou de procurar por acreditar que não conseguiria encontrar trabalho. Entretanto, essa redução deve ser interpretada com cautela, pois a saída da condição de desalento não significa, necessariamente, inserção em ocupações estáveis, protegidas ou bem remuneradas.

Dessa forma, quando analisado em conjunto com os indicadores anteriores, observa-se que o Maranhão ainda apresenta elevada informalidade, participação relevante no trabalho por conta própria, menor rendimento nessa categoria e alta proporção de ocupados sem contribuição previdenciária. Logo, o desalento complementa a análise ao demonstrar que a fragilidade no mercado de trabalho maranhense não se resume à ausência de ocupação, mas também à qualidade da inserção produtiva disponível.

Em conjunto, os indicadores analisados evidenciam que a informalidade no Maranhão possui caráter persistente e estrutural. A taxa de informalidade permanece superior à média nacional, o trabalho por conta própria mantém participação relevante na estrutura ocupacional, os rendimentos dessa categoria são inferiores aos dos empregados e a proporção de ocupados sem contribuição previdenciária permanece elevada. Esses elementos reforçam a hipótese de

que a informalidade atua como mecanismo de sobrevivência imediata, mas também contribui para a reprodução da pobreza ao limitar renda, estabilidade e proteção social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como principal objetivo analisar a relação entre informalidade e persistência da pobreza no Maranhão, a partir de dados da PNAD Contínua extraídos do SIDRA/IBGE no período de 2022 a 2025. A análise partiu da compreensão de que a pobreza não se restringe à insuficiência de renda, mas envolve precarização social, restrição de direitos, instabilidade ocupacional e baixa proteção previdenciária.

Portanto, os resultados indicaram que a informalidade persiste como característica estrutural do cenário ocupacional maranhense. Durante todo o período analisado, a taxa de informalidade do estado manteve-se acima de 55%, com diferença expressiva em relação à média nacional. Além disso, a participação elevada dos trabalhadores por conta própria na estrutura ocupacional esteve associada a rendimento médio inferior em comparação aos empregados e também uma proporção elevada de ocupados sem contribuição previdenciária.

Os dados reforçam a hipótese de que a informalidade possui caráter ambíguo no Maranhão. Embora funcione como estratégia de sobrevivência econômica ao garantir alguma forma de renda para trabalhadores excluídos do emprego formal, a informalidade também contribui para a reprodução da precarização, uma vez que se associa à baixa remuneração, à instabilidade ocupacional e à reduzida proteção institucional. Assim, a possibilidade de uma ocupação não significa, necessariamente, superar a pobreza.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa possui caráter descritivo e utiliza dados agregados, sem estabelecer relação causal direta entre informalidade e pobreza. Ainda assim, os indicadores analisados permitem compreender como a estrutura do mercado de trabalho maranhense contribui para a permanência de condições de instabilidade econômica. Pesquisas futuras podem aprofundar essa análise a partir de microdados da PNAD Contínua, da comparação com outros estados do Nordeste e da investigação dos setores de atividade em que a informalidade se concentra.

Assim, o caso maranhense evidencia que a superação da pobreza não depende apenas da ampliação da ocupação, mas também da qualidade dos postos de trabalho, da elevação dos rendimentos e da ampliação da proteção social.

REFERÊNCIAS

GARCIA, Adir Valdemar. A pobreza do homem. 2005. 364 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 8,6 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 2023 e 2024. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 3 dez. 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45344-8-6-milhoes-de-pessoas-sairam-da-pobreza-entre-2023-e-2024. Acesso em: 7 maio 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua Trimestral: desocupação recua em seis das 27 UFs no 4º trimestre de 2025. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 20 fev. 2026. Atualizado em: 27 mar. 2026. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/45908-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-seis-das-27-ufs-no-4-trimestre-de-2025. Acesso em: 7 maio 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102240&view=detalhes. Acesso em: 7 maio 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Tabelas 4093, 4096, 5439, 5947, 6813 e 8513. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/. Acesso em: 7 maio 2026.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2010.

NERI, Marcelo; FONTES, Adriana. Informalidade e trabalho no Brasil: causas, consequências e caminhos de políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV Social, 2010.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SEN, Amartya. Desigualdade reexaminada. Rio de Janeiro: Record, 2001.